

REFLEXÕES SOBRE A INSERÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL NO PARANÁ

Thais Caroline Rodrigues Penas¹
Tânia Gracieli Vega Incerti²

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo apresentar reflexões sobre a inserção de assistentes sociais na educação básica municipal no Paraná em vista da Lei 13.935 de 2019. Para tal, foi realizada uma pesquisa teórico-empírica utilizando-se de dados primários disponibilizados pela Câmara Temática – CT de Educação do CRESS/PR e questionário aplicado via Google *Forms* realizado com assistentes sociais que compõem a referida CT. O artigo apresenta contextualização histórica sobre o Serviço Social e a educação enquanto espaço sócio-ocupacional, contribuições do conjunto CFESS-CRESS-PR em incidências e documentos orientativos para aprovação da Lei, atuação das/os assistentes sociais nas Unidades Educacionais e, por fim, a análise dos resultados da pesquisa, apontando a forma com que a implementação do trabalho tem ocorrido na realidade dos municípios do Paraná.

Palavras-chave: Serviço Social na Educação. CRESS-PR. Lei 13.935/2019.

INTRODUÇÃO

A Educação constitui-se como política pública e direito social de todas e todos os cidadãos (Brasil, 1988) e a escolarização formal é parte fundamental desse direito. A escola, local onde o processo de escolarização formal é desenvolvido, é reconhecida enquanto uma instituição social e, de acordo com Cleide Leitão (2010), “reflete a sociedade do seu tempo, trazendo as marcas da sua história” (Leitão, 2010, p. 239). Portanto, tal instituição reproduz as relações sociais presentes na sociedade, bem como as desigualdades, violências e violações de direitos que permeiam a realidade social, e isso faz com que a escola seja um espaço de interação, diversidade e potencial transformação.

¹ Estudante do curso de Especialização em Gestão Social de Políticas Públicas do IFPR – Campus Curitiba. Bacharel em Serviço Social pela UFPR – Setor Litoral. E-mail: thaiscaroline.rodriquesrd@gmail.com.

² Doutora em Tecnologia e Sociedade pela UTFPR. Assistente Social IFPR – Campus Curitiba. E-mail: taniamincerti@ifpr.edu.br

No Paraná, no ano de 2006 foi aprovada a Lei 15.075, que autorizou a implementação do programa de atendimento psicopedagógico e social em todas as unidades escolares que integram a rede de ensino público, já reconhecendo naquele contexto a importância da atuação de forma interdisciplinar das profissões do Serviço Social, Pedagogia e Psicologia. No entanto, uma vez que o Estado não exigiu a obrigatoriedade de implementação do programa, a lei não foi cumprida.

Posteriormente, em 2019, tivemos a aprovação da Lei 13.935, que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica³. Reconhece-se nesse aparato legal a fundamental importância dessas categorias “na mediação das relações sociais e institucionais” (Brasil, 2019) no contexto escolar, visando à efetivação de acesso aos direitos sociais, atuação em conjunto com a comunidade escolar, diante das formas de violência, preconceito, discriminação e exclusão social.

O processo de mobilização do Serviço Social, Psicologia e demais categorias profissionais que compreenderam a importância da inserção dessas profissões no contexto escolar, culminou na aprovação da lei federal em 2019. Ainda que assistentes sociais e psicólogos já tenham histórico de contribuição na educação ao que antecede a lei⁴, apenas a partir desta é que tem a obrigatoriedade da inserção desses profissionais nas redes públicas de educação básica. A lei se apresentou de maneira sintética e genérica, mas ainda sim representa um marco histórico às profissões supracitadas.

Em 2020, com a regulamentação do novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, houve a possibilidade de, através dos recursos, financiar a contratação de assistentes sociais e psicólogos enquanto profissionais da educação, incluindo enquanto categorias que também podem ser financiadas por este fundo, reconhecendo a Lei 13.935/2019 (CRESS-PR, 2020).

Em 2021, dois anos após a aprovação da lei, o Conselho Regional de Serviço Social do Estado do Paraná – CRESS-PR apontou que “menos de 8% dos

³ A educação básica, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB Lei 9.394/1996 em seu artigo 21 compõe-se de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

⁴ Para saber sobre as contribuições históricas do Serviço Social na educação, ler a tese de doutorado intitulada “A trajetória sócio-histórica do Serviço Social no espaço da escola” de Ilda Lopes Witiuk, PUC - São Paulo, 2004.

municípios paranaenses têm profissionais de Serviço Social atuando na educação básica” (CRESS-PR, 2021, s. p.), o que resulta em apenas 31 dos 399 municípios do Paraná com assistentes sociais atuando neste contexto sócio-ocupacional.

Considerando esse contexto, e por meio de dados pré-existentes da Câmara Temática – CT em Educação do CRESS-PR, temos como objetivo principal deste trabalho compreender de que forma tem ocorrido a inserção de assistentes sociais na rede pública de educação básica nos municípios do Paraná, uma vez que a lei supracitada não traz subsídios sobre a forma em que deve ocorrer a implementação desse serviço nos municípios.

Diante de tais premissas, esta pesquisa possui natureza teórico-empírica, com uma abordagem quanti-qualitativa, uma vez que, segundo Maria Lúcia Martinelli (2008), “pesquisar na perspectiva qualitativa, e sempre em interação com a pesquisa quantitativa [...] é a busca do desvelamento crítico da realidade em análise, com vistas a uma intervenção mais qualificada” (Martinelli, 2008 p. 36). Como técnica de pesquisa, se utilizará de dados quantitativos do CRESS-PR disponibilizados na CT, a fim de mensurar quantos municípios já possuem assistentes sociais na educação básica municipal no Paraná. Ainda, através de dados obtidos por meio de questionário (via *Google Forms*) que foi aplicado e divulgado junto às/aos assistentes sociais que compõem o grupo de WhatsApp da Câmara Temática de Educação e que estão atuando na rede municipal de ensino, compreender de que forma essa inserção tem ocorrido na realidade dos municípios.

O Questionário (Apêndice I) contou com perguntas abertas e fechadas e possuía questões relacionadas ao processo de inserção desse profissional na educação municipal e possibilitou que as e os participantes discorressem sobre as possibilidades e desafios de atuação nos respectivos municípios em que estão inseridos. O questionário possuía vinte e sete perguntas e ficou disponível entre os dias 9/07/2023 e 21/08/2023, obteve trinta e seis respostas e contou com a participação de profissionais de vinte e cinco municípios do Paraná.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E A EDUCAÇÃO ENQUANTO ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL DA/O ASSISTENTE SOCIAL

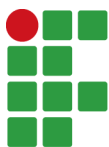
O Serviço Social no cenário mundial surge enquanto uma profissão institucionalizada na década de 1920 (Oliveira; Chaves, 2017), capaz de intervir diante das expressões da questão social⁵ no sistema capitalista. Em sua gênese, a profissão esteve atrelada a uma conduta assistencialista e benevolente, uma vez que seu trabalho estava ligado à igreja católica, e posteriormente, com outras correntes teóricas, culminou em uma compreensão individualista dos fenômenos que incidia em uma abordagem culpabilizadora das e dos “beneficiárias/os” da época.

Marta von Dentz e Roberto Rafael Dias da Silva, ao tecerem uma discussão sobre as dimensões históricas entre o Serviço Social e a educação, apontam que:

Alguns estudos enfatizam que a inserção do Serviço Social na escola remete a meados de 1906, nos Estados Unidos, onde, em centros sociais, eram designadas visitadoras para realizar o elo com escolas de bairros, com o objetivo de constatar o motivo pelo qual as famílias não enviavam os filhos à escola, além de verificar a evasão escolar, o baixo aproveitamento e a inadaptação de crianças na escola (Dentz; Silva, 2015, p. 11).

No Brasil, o Serviço Social tem sua gênese em 1930, em um contexto econômico de crescente industrialização e início de um capitalismo monopolista. Ilda Lopes Witiuk, em sua tese sobre a história do Serviço Social na educação (2004), ao apresentar tal histórico discorre acerca da produção teórica de Maria Esolina Pinheiro, denominada Serviço Social Infância e Juventude Desvalidas: aplicações, formas, técnicas e legislação. De acordo com a autora, em Pernambuco, já no ano de 1928, há registros de que, por meio de um decreto do governo estadual, foi determinada a criação de um corpo de visitadoras requisitando a atuação do Serviço Social nesta atividade e tinham como função “[...] zelar pela saúde dos escolares e

⁵ A questão social permeia a sociabilidade de classes e seus antagonismos constituintes. Envolve disputa social, política e cultural em confronto com as desigualdades socialmente produzidas [...] (YAZBEK, 2014, 683-686), portanto, as desigualdades resultantes desta disputa de classe no sistema capitalista, são compreendidas enquanto as expressões da questão social.



visitar as famílias dos alunos, a fim de conhecer o meio em que estes viviam, e incentivar nos pais, hábitos sadios”. (Pinheiro, 1985 *apud* Witiuk, 2008, p. 24).

Sarita Amaro, em seu livro *Serviço Social na Educação* (2011), apresenta sobre a atuação da profissão na educação no Estado do Rio Grande do Sul, que, no ano de 1946, as/os assistentes sociais “eram chamados para intervir em situações escolares consideradas desvio, defeito ou anormalidade social” (Amaro, 2011, p. 19). Ainda sobre esse contexto, Ney Teixeira Almeida (2007), aponta que:

A inserção dos assistentes sociais na área de educação não se constitui em um fenômeno recente, sua origem remonta aos anos iniciais da profissão em sua atuação marcadamente voltada para o exercício de um controle social sobre a família proletária e em relação aos processos de socialização e educação na classe trabalhadora durante o ciclo de expansão capitalista experimentado no período varguista (Almeida, 2007, p. 13).

De acordo com Witiuk (2004),

O modelo americano de Serviço Social Escolar adotado no Brasil está baseado no método de Serviço Social de Casos Individuais, por meio do atendimento individual a pais, professores e alunos, com aplicação de inquéritos realizados prioritariamente no domicílio da criança [...] Ao Serviço Social Escolar cabe o atendimento, através do Serviço Social de Caso, à população mais empobrecida, dentro da concepção vigente de questão social como caso de polícia e de acesso à educação como forma de repasse de valores e princípios (Witiuk, 2004, p. 25-26).

É por meio do movimento de reconceitualização da profissão no Brasil que se iniciou no fim de 1960 e se estendeu durante a década de 1970, que ocorre de forma gradativa o rompimento com a lógica conservadora e de neutralidade da atuação, perante o modo de produção vigente. O movimento tinha a pretensão de “**romper com a dicotomia entre teoria e prática**, denunciando a ineficácia metodológica da divisão entre Serviço Social de caso, o de grupo e o de comunidade, hegemônicos na profissão desde suas origens” (Santos, Meirelles e Lima, 2016, p. 186, grifo original).

Todo o processo histórico, que incidiu no amadurecimento profissional, atrelou a profissão na atualidade às perspectivas teóricas críticas de compreensão da totalidade da realidade social, o que resultou na construção de um projeto ético político profissional, com a recusa ao conservadorismo na transição da década de 1970 a 1980. Esse projeto pode ser compreendido como uma direção ao exercício

profissional e o modo de ser da profissão, ligado a um projeto de sociedade que expressa uma posição ética e política e, de acordo com Joaquina Barata Teixeira e Marcelo Braz, “todo projeto e, logo, toda prática, numa sociedade classista, têm uma dimensão política [...]” (Teixeira, Braz, 2009, p. 4).

São os principais componentes do atual projeto ético político, ou seja, os elementos que objetivam e dão materialidade ao projeto, segundo Teixeira e Braz (2009): a produção de conhecimentos do Serviço Social (através dos cursos de graduação, pós-graduação, grupos de pesquisas e discussões), as instâncias político-organizativas da profissão (conselho federal e regional do Serviço Social, sindicatos, associações, comissões, comitês) e a dimensão jurídico-política da profissão (leis, resoluções, decretos, documentos normativos e orientativos da profissão). Dentro dessa última dimensão, ressaltam-se enquanto pilares desse projeto: a Lei de Regulamentação da Profissão 8662/93, o Código de Ética Profissional de 1993 e as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS de 1996.

Nos anos de 1980 a 1990, o cenário brasileiro foi marcado por uma ampla luta social, estando o Serviço Social presente e contribuindo nesse processo de mobilização. Foram nessas décadas que diversos direitos sociais foram reconhecidos por meio da Constituição Federal de 1988, sobretudo o direito à educação, conforme estabelecido no artigo 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1996).

A Carta Magna também instituiu a Seguridade Social no Brasil, tendo em seu tripé: Assistência Social, Saúde e Previdência Social, políticas nas quais o Serviço Social é reconhecido e integrado enquanto profissão a constituir as equipes responsáveis pela elaboração, planejamento e execução. No entanto, com relação à Política de Educação, ainda que tal profissão tenha acumulado, no decorrer da história, conhecimento teórico e prático para atuar no contexto educacional e tenha sido demandada desde sua gênese para o trabalho junto às escolas, apenas em 2019 temos uma lei que torna obrigatória a inserção de assistentes sociais e psicólogos em todo território nacional na educação básica.

Em 2001, é publicado pelo Conselho Federal de Serviço Social – CFESS o documento “Serviço Social na Educação”, resultante do Grupo de Estudos sobre o Serviço Social na Educação, a brochura tinha o objetivo de contribuir nas discussões sobre a presença de assistentes sociais em tal política (CFESS, 2001). Outro documento relevante é publicado em 2013 do conjunto CFESS-CRESS intitulado Subsídios para atuação de assistentes sociais na Política de Educação, com o intuito de consolidar a atuação profissional articulado ao projeto ético-político e “de luta por uma educação pública, laica, gratuita, presencial e de qualidade” (CFESS, 2013, p. 7).

Esse processo de reconhecimento legal da necessidade de inserção da/do assistente social na educação básica demandou um amplo processo de mobilização da categoria atrelado às instâncias político-organizativas que, durante vinte e dois anos, em conjunto com demais profissões, sobretudo a Psicologia, articulou-se, visando à aprovação de lei que inserisse assistentes sociais e psicólogos na rede pública básica de ensino⁶.

Foi através da Lei 13.935, em 2019, que o reconhecimento da importância dessas categorias no contexto educacional foi conquistado, por meio da disposição sobre a prestação de serviços de Psicologia e Serviço Social nas redes públicas de educação básica. No entanto, a lei foi aprovada com uma redação genérica e sucinta e em “uma gestão de governo conservador e ultra neoliberal que agravou a situação de pobreza, insegurança alimentar, desemprego e remuneração salarial da população brasileira” (CFESS, 2023, p. 28-29). Assim, mesmo após a aprovação da lei, ainda se faz necessário a mobilização das categorias, a fim de garantir maior financiamento para viabilizar a efetiva implementação dessa lei nos municípios e estados.

Inicialmente, com a Lei 14.113/2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, reconheceu-se as categorias do Serviço Social e da Psicologia enquanto profissionais da educação e previa que “70% (setenta por cento) dos recursos anuais destinados à remuneração dos/as profissionais da educação básica” contemplasse também as/os assistentes sociais e psicólogas/os.

⁶ Para saber o histórico deste processo de forma detalhada ler: Caderno 4 – Diálogos do Cotidiano, CFESS (2023) e Subsídios para atuação de assistentes sociais na política de educação (CFESS,2013).

Porém, com o Projeto de Lei 3.418 de 2021⁷, essa alíquota foi reduzida para 30% (CFESS, 2023, p. 17).

Embora se reconheça a importância de as categorias terem permanecido no Fundeb, denota-se o retrocesso na forma de financiamento atual, sendo imprescindível a defesa junto aos conselhos representativos profissionais de que assistentes sociais e psicólogos sejam novamente inseridos na parcela de 70%.

Visando à efetiva implementação da Lei 13.935, em 2022, o Conselho Federal de Psicologia – CFP e o CFESS publicaram um manual orientativo para regulamentação da lei, a fim de subsidiar os Conselhos Regionais do Serviço Social e da Psicologia, bem como os municípios e estados, em seus poderes executivos e legislativos, no cumprimento da lei federal.

ATUAÇÃO DO CRESS-PR DIANTE DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 13.935/2019 E A IMPORTÂNCIA DA CÂMARA TEMÁTICA DE EDUCAÇÃO

O Conselho Regional de Serviço Social – 11^a Região é o órgão de representação da categoria dos/as Assistentes Sociais, com área de jurisdição no Estado do Paraná, Autarquia Federal, regido pela Lei Federal nº 8.662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social), pelo Código de Ética Profissional do/a Assistente Social e por outras legislações vigentes. Tem por objetivos principais: fiscalizar, orientar e disciplinar o exercício profissional dos/as Assistentes Sociais em prol da qualidade dos serviços prestados aos/às usuários/as.

De acordo com dados do Resgate histórico da inserção do Serviço Social nas Escolas Públicas no Paraná da CT de Educação do CRESS-PR Gestões 2020-2023 e 2023-2026⁸, a Câmara Temática de Serviço Social de Educação tem os objetivos de: 1) contribuir para o aprofundamento da reflexão sobre uma concepção de educação coerente com o projeto ético-político profissional que, por sua vez, orienta o debate das particularidades do trabalho do/a assistente social nesta política pública, assim como as ações profissionais, no sentido de fortalecer as lutas sociais em defesa de uma educação emancipadora; 2) realizar levantamento sobre a realidade de atuação dos/as Assistentes Sociais na política da educação; 3)

⁷ Ler Nota conjunta CFESS-CFP sobre a Lei 13.935/2019.

defender e lutar pela implementação do Serviço Social nessa política pública (CRESS/PR – Gestões 2020-2023 e 2023-2026).

A CT de Educação é a mais antiga no CRESS/PR, sendo que suas ações se iniciaram enquanto grupo de trabalho no final dos anos 1980, início dos anos 1990, quando, através do Sindicato dos/as Assistentes Sociais do Paraná, elaborou-se um projeto que foi apresentado à Assembleia Legislativa para contratação de um/a assistente social em escolas com mais de dois mil estudantes. Esse projeto, embora aprovado, nunca foi implantado. Posteriormente, outro projeto foi encaminhado para aprovação da Assembleia Legislativa que indicava a contratação de um/a assistente social nos Núcleos Regionais de Ensino; embora aprovado em Plenária em 1986, tal projeto recebeu o veto do governador da época, não sendo aprovado.

Em 2018, em reunião anual da Câmara Temática de Educação, foi iniciado o mapeamento das/os assistentes sociais inseridos na educação no Paraná. Tais dados foram disponibilizados às e aos participantes de um grupo de WhatsApp⁹ da CT.

Após a aprovação da Lei 13.935 de 2019, o trabalho conjunto do Conselho Regional de Serviço Social, dos Núcleos Regionais do Conselho Regional de Serviço Social – NUCRESS¹⁰, da Câmara Temática de Educação, do Coletivo Serviço Social e Psicologia pela implementação da lei, foram intensificados e somados visando que tal lei federal fosse efetivada na realidade dos municípios do Estado do Paraná.

Em 2021, enquanto uma ação estratégica, o CRESS/PR promoveu e articulou reunião com o Ministério Público do Paraná (CAOPCAE – Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Criança, do Adolescente e da Educação), convidando o Conselho Regional de Psicologia a participar. Nessa reunião, as promotoras presentes, entendendo a importância do debate proposto, comprometeram-se em defender a implementação da lei no Paraná. Nesse sentido, encaminharam nota orientativa aos promotores das comarcas do Estado, pedindo

⁸ Os dados e informações presentes neste item do texto, foram fornecidos pela gestão do CRESS/PR.

⁹ Grupo formado por 225 assistentes sociais, os quais são trabalhadoras/es da educação, fazendo parte de instituições de ensino dos níveis municipal, estadual e federal.

¹⁰ São formados por profissionais do Serviço Social de uma determinada região que contribuem no encaminhamento político-administrativo das atividades do Conselho Regional, no Estado do Paraná há 21 NUCRESS..

que acompanhassem o Plano Plurianual 2022/2025 e a previsão de recursos para a implementação da lei.

A partir do mapeamento iniciado em 2018, as agentes fiscais do referido Conselho realizaram, no ano de 2023, visitas em todos os municípios identificados que possuíam assistente social na educação básica municipal, conhecendo também as condições éticas e técnicas ofertadas para atuação da categoria nas cidades do Paraná.

A partir de 2021 as reuniões da CT passaram a ter como pauta principal a implementação da lei nos 399 municípios do Paraná. E, para o ano de 2024, enquanto ação da câmara em questão, está previsto, a partir do mês de março, reuniões mensais com temáticas que envolvam o fazer profissional do Serviço Social na educação, visando qualificar a atuação e conseqüentemente contribuir para a qualidade da política pública de educação.

A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NAS UNIDADES EDUCACIONAIS

No cotidiano das Unidades Educacionais, nos deparamos com diversas expressões da questão social, sendo estas: fome, desemprego, questões de saúde, trabalho infantil, uso de substâncias psicoativas, vulnerabilidade econômica, abandono, violência doméstica, violência sexual, negligência, exclusão social, dentre outras. Segundo Marilda Vilela lamamoto (2003) o profissional precisa estar atento às dinâmicas das relações sociais:

O desafio é re-descobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes para a formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade. Essa discussão é parte dos rumos perseguidos pelo trabalho profissional contemporâneo (lamamoto, 2003, p. 75).

Nas construções dessas alternativas e possibilidades de intervenções, o/a assistente social, no espaço da educação, também atua buscando assegurar às famílias participação no desenvolvimento escolar das crianças e adolescentes e no acesso aos seus direitos, visando construir com elas uma participação efetiva e democrática, contribuindo na melhoria da qualidade da Política Pública.

A mesma autora (2003) disserta que os/as assistentes sociais atuam na contracorrente, bem como na contra hegemonia de tendências conservadoras. Com isso, impõe o desafio profissional, sobretudo na educação, de contribuir na desconstrução de paradigmas conservadores e trabalhando na defesa de uma educação que contemple os princípios éticos profissionais, ou seja, defesa da liberdade, autonomia dos sujeitos, respeito às diversidades e emancipação humana.

O Conselho Federal de Serviço Social, por sua vez, com a finalidade de subsidiar a atuação dos assistentes sociais na educação, publicou em 2013 um documento que versa sobre aspectos relevantes à atuação profissional na política de educação, considerando que as instituições de ensino não estão isentas de reproduzir as relações sociais. Nesse contexto, o/a assistente social inserido nessa política atuará na perspectiva da defesa intransigente de direitos das/dos usuárias/os, diante das expressões da questão social, sendo estas decorrentes das desigualdades fomentadas pelo sistema capitalista, através da relação contraditória entre capital e trabalho.

Nesse documento orientativo o CFESS (2013, p. 22), aponta que:

A concepção de emancipação que fundamenta esta concepção de educação para ser realizada depende também da garantia do respeito à diversidade humana, da afirmação incondicional dos direitos humanos, considerando a livre orientação e expressão sexual, livre identidade de gênero, sem as quais não se viabiliza uma educação não sexista, não racista, não homofóbica/lesbofóbica/transfóbica (CFESS, 2013, p. 22).

Os/as assistentes sociais dotados de capacidade técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política contribuem na identificação dos aspectos econômicos, sociais e culturais dos estudantes, trazendo esse conhecimento da realidade social ao contexto escolar. Constroem também, em conjunto com a Equipe Multiprofissional, ações que promovam uma educação inclusiva e de qualidade e que rompam com lógicas preconceituosas, que vão contra os princípios éticos profissionais.

Considerando que o/a assistente social compreende a realidade social a partir de sua totalidade, cabe a esse profissional intervenções múltiplas frente à queixa apresentada pela Unidade de Ensino. André Santos, argumenta que:



Apesar de estar lotado na Política Pública de Educação, o assistente social na escola deve atender o aluno em sua integralidade, isso significa atender a sua família, a comunidade escolar e as interfaces com as demais políticas públicas, sejam estas de saúde, habitação, assistência social, dentre outras, as quais se tornam essenciais como parte de um processo que possa garantir uma educação de qualidade (Santos, 2013, p. 40).

Dessa forma, o Serviço Social visa contribuir para a autonomia desses sujeitos através do conhecimento de seus direitos e deveres, frente ao processo educativo que não está restrito aos muros da escola. Além disso, busca construir também, coletivamente, estratégias para uma educação de qualidade atreladas ao projeto ético-político da profissão.

O CONTEXTO PARANAENSE NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 1393/2019: RESULTADOS DA PESQUISA

O Questionário (via Google *Forms*) encaminhado à participação das profissionais foi estruturado em sete seções principais: perfil profissional, inserção profissional, vínculo de trabalho, organização e dinâmica do trabalho, Psicologia na educação, potencialidades e desafios e resultados da pesquisa, contabilizando vinte e sete perguntas na totalidade do questionário.

A pesquisa contou com a participação de assistentes sociais que estão inseridas na educação básica de vinte e cinco municípios do Paraná, e obteve a participação de trinta e duas profissionais que responderam atuar na educação básica municipal e quatro profissionais que, ao responderem que não atuavam na educação básica, tiveram o questionário encerrado, considerando que o objetivo da pesquisa era compreender de que forma tem ocorrido a inserção de assistentes sociais na rede pública de educação básica nos municípios do Paraná, a partir da percepção de profissionais que já estejam inseridas/os na educação.

Quanto ao perfil profissional das/os trinta e duas profissionais inserida/os na educação básica municipal, tivemos trinta mulheres cis¹¹ e dois homens cis; no quesito raça/cor/etnia, dezessete brancas, treze pardas e apenas duas pretas, de acordo com a autodeclaração no momento da pesquisa¹².

¹¹ Considerando que a pesquisa tem uma participação majoritária de mulheres, trarei as palavras no feminino.

¹² De acordo com a Nota Técnica sobre o trabalho dos assistentes sociais e a coleta do quesito raça/cor/etnia de 2022, deve ser mediante a autodeclaração da/o usuária/o dentro dos padrões de

Quanto ao vínculo de trabalho, obtivemos o resultado a seguir.

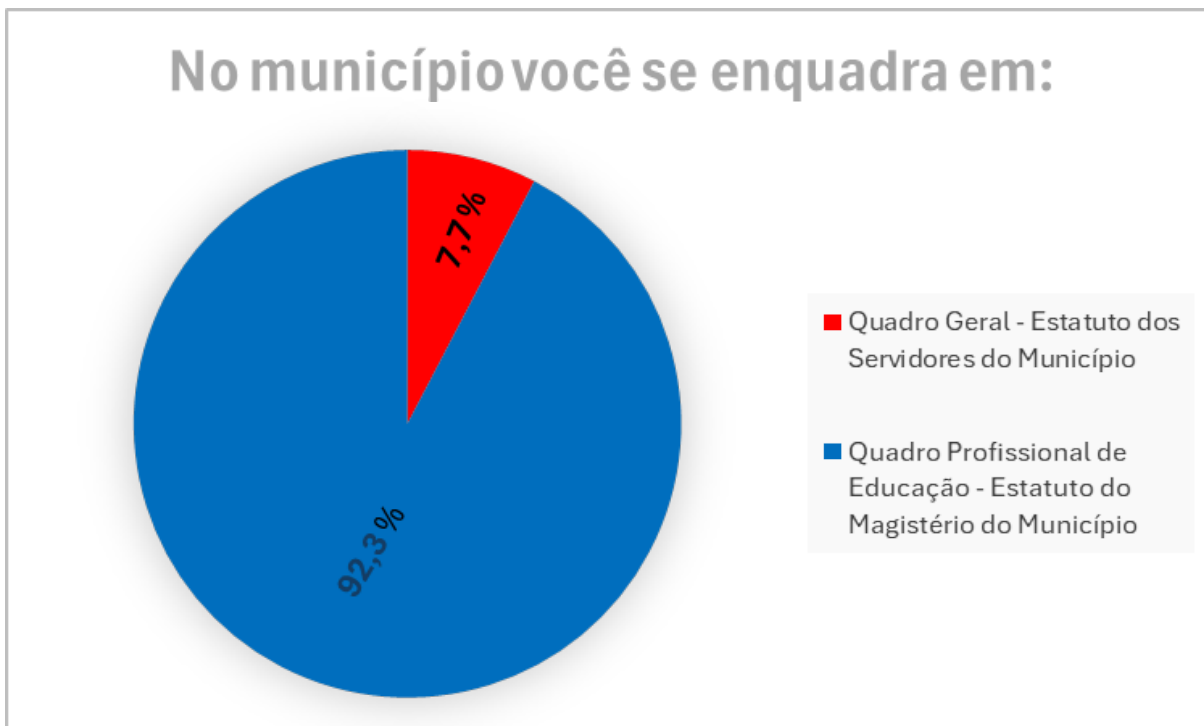
Gráfico 1 – Vínculo trabalhista



Fonte: Questionário de Pesquisa, 2023. Elaboração própria.

Ao responderem sobre seu vínculo de trabalho, vinte e seis participantes declararam serem estatutárias e foram direcionadas a uma nova pergunta sobre seu enquadramento profissional no município. Das demais participantes, quatro declararam ter vínculo celetista e duas eram pessoas físicas que prestam serviço ao município. O gráfico a seguir apresenta o resultado daquelas que mencionaram serem estatutárias.

Gráfico 2 – Enquadramento funcional



Fonte: Questionário de Pesquisa, 2023. Elaboração própria.

Esse gráfico mostra que, ainda que as profissionais sejam estatutárias, na realidade de diversos municípios não houve edital de concurso específico para inserção do Serviço Social na educação. Para além de questões orçamentárias que envolvem o Fundeb, para ser legalmente reconhecidas enquanto profissional da educação, demandaria a inserção no quadro de servidores do magistério, o que até o momento não ocorreu na realidade da maioria dos municípios. Com isso, embora lotadas na educação, as profissionais se enquadram no quadro geral de servidores. Apenas duas participantes, que correspondem a 7,7%, declararam fazer parte do estatuto do magistério no município.

Com relação à inserção profissional, apenas uma foi inserida antes da Lei 13.935 de 2019, e o número mais expressivo de profissionais vinculadas à educação nos municípios do Paraná ocorreu nos anos de 2022 e 2023, após o fim da pandemia, conforme tabela.

Tabela 1 – Ano de inserção na educação

Ano de inserção na educação				
2019	2020	2021	2022	2023
1	2	2	11	16

Fonte: Questionário da pesquisa, 2023. Elaboração própria.

Quanto à lotação profissional, houve uma profissional que mencionou estar lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social. Sarita Amaro, apresenta que, ao ser inserida/o na educação, a/o profissional poderá enfrentar desafios diante de uma construção social equivocada sobre o papel da/o assistente social, impactando na atuação do Serviço Social na educação, argumentando que:

[...] o assistente social está exposto a velhas situações que colocam em risco e “prova” sua consciência, fundamentação e identidade profissional. A vulgarização do saber do Serviço Social por profissionais de outras áreas - na máxima “isso qualquer um faz”, ou na designação de tarefas inapropriadas e dissonantes de sua competência -, associada a visões estereotipadas da identidade e prática do assistente social na educação, são as primeiras amarras a romper (Amaro, 2011, p. 17-18).

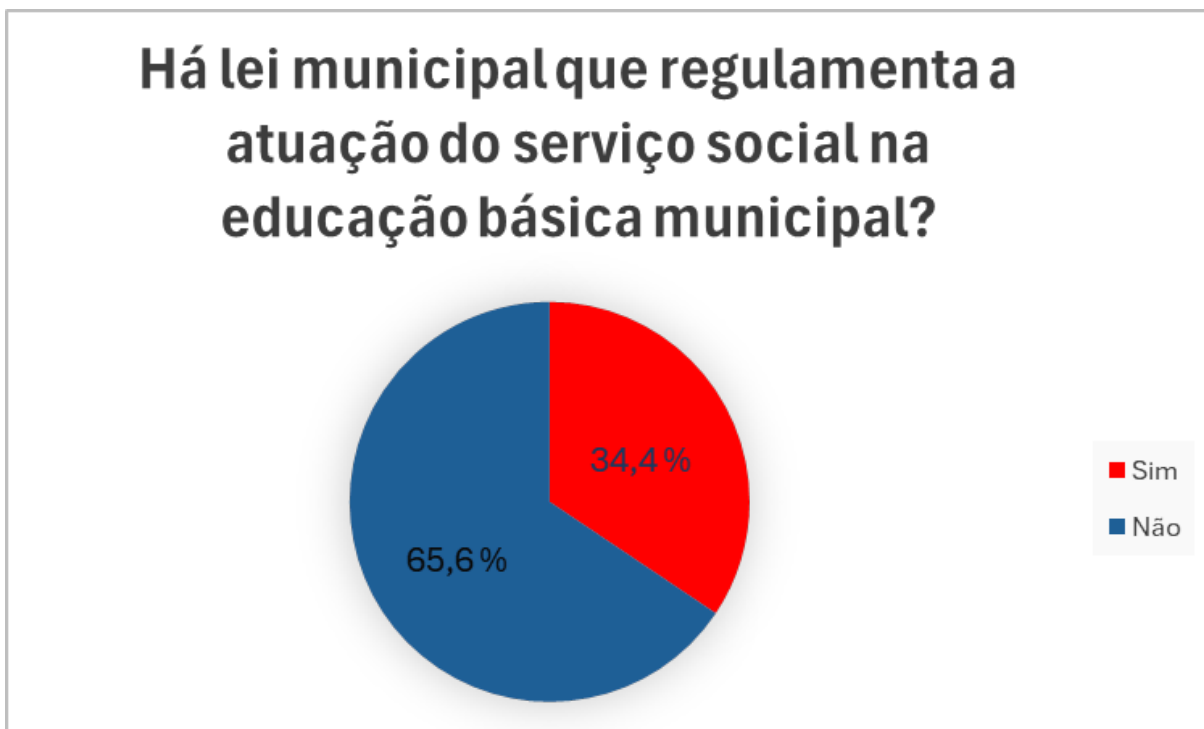
A profissional em seu cotidiano, ao ser inserida no contexto educacional, já terá que lidar com os desafios apontados pela autora, no entanto, uma vez que a sua vinculação ocorre na Secretaria de Assistência Social, corrobora com a ideia de que nesse contexto, a atuação da profissional seguirá sendo a mesma desempenhada nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, por exemplo, com a concessão de benefícios eventuais, como cestas básicas.

Para além de uma percepção equivocada sobre o papel do Serviço Social na educação, podemos considerar isso enquanto uma fragilidade no cumprimento da Lei 13.935, pois as atribuições e a atuação se diferem nas diversas políticas; ao ser vinculado dessa forma, a/o profissional inclusive pode encontrar dificuldades em consolidar seu espaço de trabalho junto às equipes pedagógicas e comunidade escolar.

Ao serem questionadas se na realidade dos municípios em que atuam já foi aprovada lei municipal que regulamenta a inserção do Serviço Social na educação,

65,8%, o que representa vinte e uma participantes, mencionaram que não há no município tal lei, conforme gráfico a seguir.

Gráfico 3 – Existência de lei municipal para atuação na educação

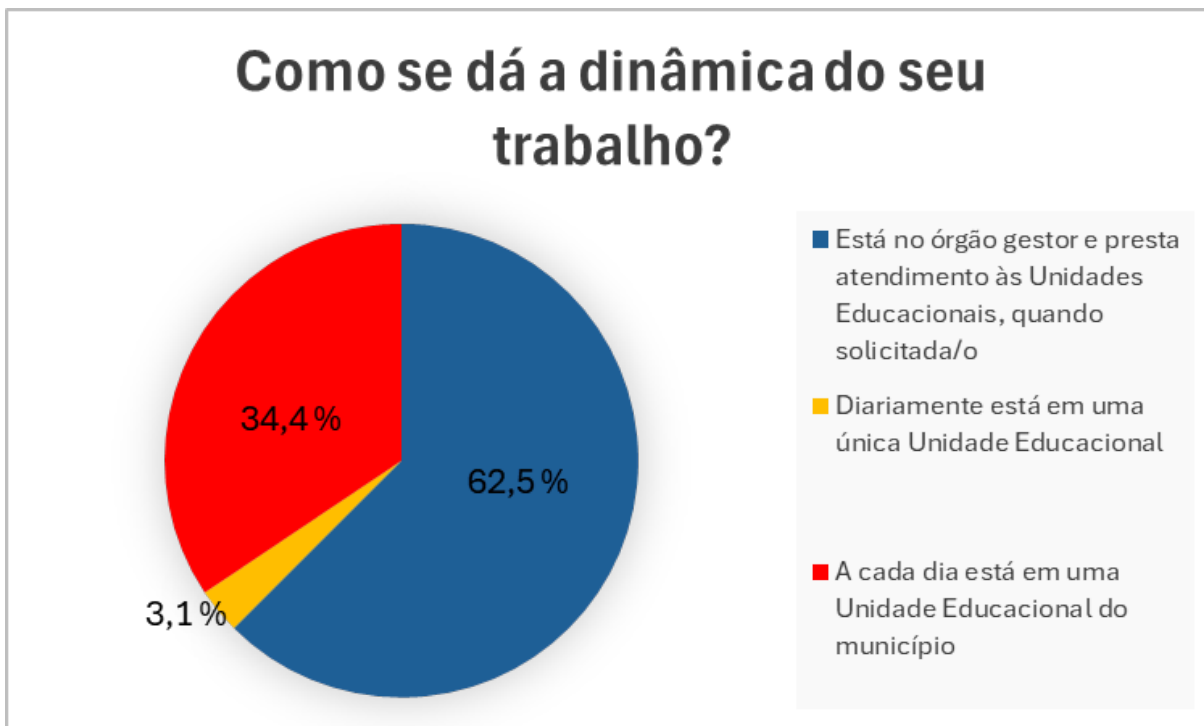


Fonte: Questionário de Pesquisa, 2023. Elaboração própria.

Ressalta-se que apenas onze participantes, que representam um percentual de 34,4% no gráfico anterior, relataram que no município há lei municipal. No entanto, sete dessas onze profissionais trabalham em um mesmo município do Paraná, ou seja, dos vinte e cinco municípios com participantes na pesquisa, apenas cinco possuem lei municipal prevendo a inserção de profissionais de Serviço Social e Psicologia na educação já aprovada.

Outro dado relevante a se analisar é de que forma se dá a dinâmica do trabalho das profissionais inseridas na educação básica municipal, conforme gráfico a seguir.

Gráfico 4 – Dinâmica de trabalho na educação



Fonte: Questionário de Pesquisa, 2023. Elaboração própria.

Diante desse dado, temos 62,5%, correspondendo a 20 participantes, que estão no órgão gestor do município e prestam atendimento às unidades educacionais quando solicitadas. Ainda, 34,4%, que equivale a 11 participantes, a cada dia está em uma unidade educacional, e 3,1%, que representa uma única participante, mencionou que presta atendimento apenas em uma única unidade educacional.

Ao buscar compreender sobre a dinâmica do trabalho na realidade dos municípios, esse dado nos dá elementos – ainda que de forma inicial – para pensar sobre as condições de trabalho na qual estão inseridas essas profissionais. Temos como parte significativa dos resultados uma realidade em que as profissionais prestam atendimento às unidades educacionais, não estando cotidianamente no chão na escola, o que pode dificultar em sua atuação, pois a vivência cotidiana na escola possibilita uma melhor leitura da realidade.

Outro dado expressivo foi de profissionais que estão em uma unidade educacional a cada dia, o que, a depender da quantidade de escolas e profissionais no município, pode se tornar uma dificuldade, uma vez que sua atuação pode se dar

de forma fragmentada. Além disso, essas duas principais dinâmicas de trabalho identificadas nesta pesquisa, não favorecem a criação de um vínculo entre profissionais e a comunidade escolar, o que pode dificultar o reconhecimento da importância do Serviço Social neste espaço sócio-ocupacional.

A tabela a seguir, relaciona algumas informações resultantes da pesquisa e apresenta a realidade das assistentes sociais lotadas na educação nos municípios.

Tabela 2 – Realidade dos municípios quanto à inserção de profissionais na Educação

Realidade dos municípios do Paraná - quanto à inserção de profissionais na Educação					
Municípios	Nº de U.E.	Nº U.E. que atende	Nº de assistentes sociais	Nº de psicólogas/os	Há plano de trabalho
1	2	2	1	1	Não
2	17	17	1	1	Não
3	6	6	1	1	Em construção
4	4	4	1	1	Em construção
5	20	20	1	1	Não
6	220	-	2	5	Em construção
7	-	2	1	0	Em construção
8	4	4	1	1	Em construção
9	61	31	2	2	Em construção
10	10	10	1	0	Não
11	20	20	1	2	Sim
12	23	23	1	2	Sim
13	71	24	3	2	Não
14	5	1	2	2	Em construção
15	10	10	1	1	Em construção
16	23	23	1	-	Em construção
17	44	44	1	2	Em construção
18	56	56	1	1	Não
19	17	17	1	0	Em construção

20	2	2	1	1	Sim
21	25	25	1	1	Em construção
22	8	8	8	8	Em construção
23	118	118	4	6	Em construção
24	79	7	12	12	Em construção
25	-	7	6	4	Sim

Fonte: Questionário de Pesquisa, 2023. Elaboração própria.

A Tabela 2 auxilia na melhor visualização dos dados, demonstrando o número de unidades educacionais, número de profissionais do Serviço Social e da Psicologia, e se possui ou não plano de trabalho. A partir dos dados apresentados, evidencia-se que na realidade da maioria dos municípios as profissionais são responsáveis pelo atendimento de um número elevado de escolas, o que incide nas questões acima apresentadas sobre a dinâmica de trabalho. Em cidades com um número inferior a cinco unidades, ou que possuem uma profissional por escola, considera-se que esse contexto possibilita desenvolver um trabalho que envolve maior aproximação entre profissional e a comunidade escolar, contribuindo para uma melhor leitura da realidade socioterritorial.

Ao fim do questionário, foi solicitado às participantes que apontassem o que identificavam enquanto potencialidade da atuação do Serviço Social na educação básica municipal e na pergunta seguinte, o que identificavam enquanto desafio, as perguntas eram abertas, favorecendo o apontamento das participantes de forma livre.

Nas respostas referentes às principais possibilidades obtivemos: pioneirismo e possibilidade de transformação; espaço de trabalho que possibilita o diálogo e o enriquecimento profissional; contribuição profissional no que se refere ao processo de ensino- aprendizagem; trabalho com vistas à promoção da cidadania, igualdade, enfrentamento às violências; trabalho interdisciplinar e em rede; combate e enfrentamento às opressões; trabalho articulado às famílias e à comunidade; formação e capacitação profissional.

Correlacionando as potencialidades elencadas pelas profissionais à Tese de Witiuk (2004) que disserta:

O adensamento de forças que ao enfrentarem as contradições da sociedade capitalista conquistam a ampliação dos direitos não se dá exclusivamente por uma categoria profissional, mas na luta conjunta dos trabalhadores. Assim, a partir do projeto ético político profissional o Assistente Social, norteia sua intervenção pelos princípios da universalidade e da incondicionalidade dos direitos via políticas sociais, como âmbito privilegiado da ação do Serviço Social, contrapondo-se à tendência de sua precarização e privatização. (Witiuk, 2004, p. 14).

No que se refere aos principais desafios vivenciados cotidianamente, as participantes mencionaram: demonstrar a importância do Serviço Social à gestão; ser compreendido como um profissional da educação; resistência a mudanças e dificuldades no trabalho em equipe; entendimento das atribuições e competências; falta de espaço adequado ao atendimento do Serviço Social; falta de reconhecimento profissional e apoio institucional.

Ney Teixeira Almeida (2007, p. 14), acerca dos desafios impostos à profissão destaca que

[...] neste sentido, de um lado o aumento da requisição por uma rotina mais burocrática e de maior dedicação para as atividades de articulação interinstitucional e, de outro, a progressiva diminuição do tempo e das condições de realização de uma atuação mais pedagógica. (Almeida, 2007, p. 14)

Diante da reconhecida potencialidade supracitada de Witiuk (2004) e o desafio apontado por Almeida (2007), considera-se que estes esbarram nas potencialidades e desafios elencadas pelas profissionais, pois uma vez que não há o entendimento das atribuições e competências do Serviço Social na educação, a categoria profissional pode não ser reconhecida e requisitada nos processos de trabalho com vistas à promoção da cidadania, igualdade, articulação junto às famílias, comunidade e demais formas de mobilização social. No entanto, uma vez inseridas/os na educação, as/os assistentes sociais, podem contribuir na articulação e fortalecimento junto à comunidade escolar e movimentos sociais na defesa de uma política pública de qualidade, ganhando espaço para a consolidação do trabalho por meio dessas ações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações aqui presentes não têm por objetivo esgotar os apontamentos realizados ao longo deste trabalho, considerando a relevância do tema e a potencial possibilidade de continuidade dos estudos acerca da temática apresentada.

Os resultados obtidos com a pesquisa apontam que a inserção de assistentes sociais no contexto paranaense tem ocorrido de forma gradativa e com uma dinâmica de trabalho semelhante entre os municípios. Em dados apresentados no grupo de WhatsApp da Câmara Temática de Educação em janeiro de 2024, enumeram-se 89 assistentes sociais inseridas/os na educação básica municipal.

Para além da organização e a forma que a inserção das assistentes sociais tem se dado na realidade dos municípios no Paraná, refletir sobre aspectos que podem incidir nas condições de trabalho dessas profissionais são pontos relevantes para, inclusive, se avaliar a qualidade da política pública. Nesse caso, avaliar a política pública de educação, uma vez que fica ao encargo dessas profissionais o atendimento a um número elevado de unidades educacionais, muitas vezes sem condições estruturais e adequadas de trabalho, sendo que, certamente, tais condições incidirá na forma e na qualidade dos serviços prestados.

Diante disso, considerando que a qualidade dos serviços prestados é um princípio fundamental do Código de Ética Profissional, assim como se constitui enquanto um direito da/do assistente social dispor de condições dignas de trabalho, a luta no âmbito da educação se dá pelo reconhecimento profissional e pela garantia de espaços adequados para o atendimento à comunidade escolar e desempenho da atuação profissional.

A articulação da categoria nos municípios, categoria essa que esteve historicamente articulada junto aos movimentos em defesa ao reconhecimento dos direitos sociais, pode provocar e auxiliar o poder legislativo e executivo municipais na aprovação de um texto de lei que esteja comprometido com a qualidade da educação, reconhecendo as atribuições e competências da/o assistente social a ser inserido neste contexto, assim como as contribuições do Serviço Social na educação.

Reconhece-se ainda que, embora este trabalho teça questionamentos sobre a forma que tem ocorrido a implementação da Lei Federal no âmbito municipal, deve-se ressaltar o comprometimento com que as/os profissionais têm desempenhado o trabalho junto às unidades educacionais nas diversas cidades que já possuem assistentes sociais na educação.

Portanto, considerando que a Lei Federal 13.935 de 2019 apresenta um texto curto e genérico, é na realidade dos municípios que se tem a possibilidade de aprovação de uma lei municipal que apresente mais subsídios sobre a atuação das profissões de Serviço Social e Psicologia no contexto da educação. Por isso, a relevância dos materiais produzidos pelo CFESS, CRESS, CFP e CRP, sobretudo do manual orientativo para regulamentação da lei, que é resultado da produção conjunta do CFP e CFESS, publicado em 2022 .

Por fim, ressalta-se a importância da Câmara Temática de Educação do CRESS-PR, no fortalecimento e mobilização dos profissionais do Serviço Social no Paraná, através das contribuições históricas para aprovação da Lei Federal, bem como na atualidade com as reuniões mensais, que são espaços férteis para reflexão crítica sobre a realidade social e qualificação da atuação profissional, de forma conjunta e articulada aos compromissos éticos e políticos da profissão.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social: com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996**. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **O Serviço Social na educação**: novas perspectivas sócio-ocupacionais. Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais: Belo Horizonte, 2004. Disponível em: https://necad.paginas.ufsc.br/files/2012/07/O_Servico_Social_na_Educacao_perspectivas_socio_ocupacionais1.pdf. Acesso em: 14 maio 2024.

AMARO, Sarita. **Serviço Social na educação**: bases para o trabalho profissional. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de Outubro de 1988. **Diário Oficial da União**. Brasília, 05 out. 1988.

BRASIL. Lei 8.662, de 07 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 07 jun. 1993.

BRASIL. Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, 20 dez. 1996.

BRASIL. Lei 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e Serviço Social nas redes públicas de educação básica. **Diário Oficial da União**. Brasília, 11 dez. 2019.

BRASIL. Lei 14.113 de 25 de dezembro de 2020. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 25 dez. 2020.

BRASIL. **Projeto de Lei 3418 de 2021**. Altera a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Brasília: Senado Federal, 28 dez. 2021.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Resgate histórico da inserção do Serviço Social nas escolas públicas no Paraná da CT de Educação do CRESS-PR Gestões 2020-2023 e 2023-2026**. Curitiba, 202-.No prelo.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP (2021). **Psicólogas(os) e assistentes sociais na rede pública de educação básica**: orientações para regulamentação da Lei no 13.935, de 2019. Conselho Federal de Psicologia e Conselho Federal de Serviço Social. 1a. ed. Brasília: CFP.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de ética profissional do assistente social**. CFESS: Brasília, 1993.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Serviço Social na Educação**. CFESS, 2001.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação. CFESS, 2013 (n. 3. **Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais**). Brasília.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS); EURICO, Márcia Campos. **Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia**. Brasília: CFESS, 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/nota-tecnica-raca-cor-2022-nov.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2024.

ENTIDADES DO SERVIÇO SOCIAL E DA PSICOLOGIA DIVULGAM NOTA CONJUNTA SOBRE A LEI 13.935/2019. CFESS, Brasília, 2021. Disponível em: <https://cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1856>. Acesso em: 29 mar. 2024.

DENTZ, Marta von; SILVA, Roberto Rafael Dias da. Dimensões históricas das relações entre educação e Serviço Social: elementos para uma revisão crítica. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 121, p. 7-31, jan./mar., 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.011>. Acesso em: 15 mar. 2024.

DIÁLOGOS DO COTIDIANO. Assistente social: reflexões sobre o trabalho profissional. **CADERNO 4**. Conselho Federal de Serviço Social, Brasília, 2023.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional, 6 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LEITÃO, Cleide. Elaborando um projeto de intervenção local para enfrentar a violência na escola. *In*: ASSIS, Simone Gonçalves; CONSTANTINO, Patricia; AVANCI, Joviana Quintes. (orgs.). **Impactos da violência na escola**: um diálogo com professores. Rio de Janeiro: Ministério da Educação - Editora FIOCRUZ, 2010.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Pesquisa qualitativa: um caminho para a intervenção profissional. **Revista O Social em Questão**, Rio de Janeiro, n. 19-1, v. 11, p. 31-44, 2008.

MENOS DE 8% DOS MUNICÍPIOS paranaenses têm profissionais de serviço social atuando na educação básica. Curitiba: Conselho Regional de Serviço Social do Paraná, 2021. Disponível em: <https://cresspr.org.br/2022/04/28/menos-de-8-dos-municipios-paranaenses-tem-profissionais-de-servico-social-atuando-na-educacao-basica/>. Acesso em: 07 fev. 2024.

OLIVEIRA, Edistia Maria Abath Pereira; CHAVES, Helena Lucia Augusto. 80 anos do Serviço Social no Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 128, p. 144-163, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.098>. Acesso em: 16 mar. 2024.

PARANÁ. Lei 15.075 de 04 de maio de 2006. Autoriza a implantação do programa de atendimento psicopedagógico e social em todas as unidades escolares que integram a rede de ensino público. Curitiba: **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**, 04 maio de 2006.

PINHEIRO, Maria Esolina. **Serviço Social**: infância e juventude desvalidas. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: Centro de Produção da UERJ, 1985.

REGULAMENTAÇÃO do novo Fundeb garante recursos exclusivos para escola pública e inclui Lei 13.935/19. Curitiba: Conselho Regional de Serviço Social do Paraná, 2020. Disponível em: <https://cresspr.org.br/2020/12/18/regulamentacao-garante-fundeb-100-publico-e-recohece-lei-13-935-19/>. Acesso em: 07 fev. 2024.

SANTOS, André Michel dos. **Gestão democrática e Serviço Social**: limites e possibilidades da atuação do assistente social na escola pública. São Paulo, 1ª

Edição. Editora Garcia Edizioni, 2013.

SOUZA, Daniele Graciane de; MEIRELLES, Giselle Ávila Leal de; LIMA, Silvana Maria Amorim. **Produção capitalista e fundamentos do Serviço Social (1951-1970)**. Curitiba: Editora Intersaberes, 2016.

TEIXEIRA, Joaquina Barata., BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. *In*: CFESS/ABEPSS. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

WITIUK, Ilda Lopes. **A trajetória sócio-histórica do Serviço Social no espaço da escola**. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004.

YAZBEK, Maria Carmelita. A dimensão política do trabalho do assistente social. **Revista Serv. Soc. Soc.** São Paulo, s/v, n. 120, p. 677-693, out./dez. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.004>. Acesso em: 12 fev. 2024

APÊNDICE I - Estrutura do Questionário

1. E-mail *

Perfil profissional

2. NOME *

3. QUAL SUA IDENTIDADE DE GÊNERO?

Cisgênero: Pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído quando ao nascimento, é denominada enquanto cis ou cisgênero.

Transgênero: É aquela pessoa que não se identifica com o gênero associado socialmente ao sexo biológico com que ela nasceu;

Não-binário: Refere-se às pessoas que não se percebem como pertencentes a um gênero exclusivamente;

- Mulher cis
- Mulher trans
- Homem cis
- Homem trans
- Não binário
- Prefiro não me identificar

4. COR (autodeclaração)

- Preta/o
- Parda/o
- Branca/o
- Indígena
- Amarelo

5. VOCÊ ATUA NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL? *

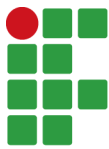
- Sim
- Não

Inserção profissional

6. MUNICÍPIO EM QUE ATUA NO PARANÁ *

7. SUA LOTAÇÃO É EM QUAL UNIDADE EDUCACIONAL ou SECRETARIA MUNICIPAL?*

8. ATUA NESTE MUNICÍPIO, NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DESDE QUE DATA ?*



9. SUA INSERÇÃO SE DEU MEDIANTE À LEI 13.935/2019? *

- Sim
- Não
- Não, já atuava na Educação antes da aprovação da Lei Federal.

10. HOUVE PROVOCAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE ASSISTENTE SOCIAL PARA ATUAR NA EDUCAÇÃO NESSE MUNICÍPIO?*

- Sim
- Não
- Não sei informar

11. HÁ LEI MUNICIPAL QUE REGULAMENTA A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL?*

- Sim *Pular para a pergunta 21*
- Não *Pular para a pergunta 12*
-

Vínculo de trabalho

12. SEU VÍNCULO É? *

- Estatutário *Pular para a pergunta 22*
- Celetista
- Pessoa física, que presta serviço ao município
- Pessoa jurídica, que presta serviço ao município;

Organização do trabalho e Dinâmica profissional

13. COMO SE DÁ A DINÂMICA DO SEU TRABALHO? *

- Está no órgão gestor e presta atendimento às Unidades Educacionais, quando solicitada/o
- Diariamente está em uma única Unidade Educacional
- A cada dia está em uma Unidade Educacional do município

14. QUANTAS UNIDADES EDUCACIONAIS HÁ NO MUNICÍPIO?

Considerando os Centros Municipais (CMEI) de Educação Infantil, Escolas e Centros Municipais de Atendimento Educacional Especializado (CMAEE)



15. QUAL O NÚMERO DE UNIDADES EDUCACIONAIS QUE VOCÊ PRESTA ATENDIMENTO? *

16. HÁ UM PLANO DE TRABALHO PARA ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL/EQUIPE MULTIPROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO? *

- Sim
- Não
- Está em processo de construção

17. HÁ OUTROS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL QUE TAMBÉM ATUAM NA EDUCAÇÃO NESTE MUNICÍPIO?*

- Sim *Pular para a pergunta 23*
- Não

Psicologia na Educação

18. TAMBÉM HOVE A CONTRATAÇÃO DE PSICÓLOGOS PARA ATUAREM NA EDUCAÇÃO NESTE MUNICÍPIO?*

- Sim *Pular para a pergunta 24*
- Não

Potencialidades e desafios

19. COMO PROFISSIONAL, O QUE VOCÊ IDENTIFICA ENQUANTO POTENCIALIDADE DA ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL?*

20. NA SUA ATUAÇÃO COMO ASSISTENTE SOCIAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA, QUAIS OS PRINCIPAIS DESAFIOS QUE VOCÊ VIVENCIA? *

Pular para a pergunta 26

Lei Municipal

21. QUAL O NÚMERO DA LEI E QUANDO FOI PROMULGADA?

Pular para a pergunta 12

Reconhecimento/ enquadramento profissional

22. NO MUNICÍPIO VOCÊ SE ENQUADRA EM:

- Quadro Geral - Estatuto dos Servidores do Município

- Quadro Profissional de Educação - Estatuto do Magistério do Município

Pular para a pergunta 13

Número de Assistentes Social na Educação no município

23. Há quantos assistentes sociais atuando na Educação no município?

Pular para a pergunta 18

Inserção da Psicologia na Educação

24. A contratação de psicólogos/os foi anterior a de assistentes sociais?*

- Sim
- Não
- A contratação de assistentes sociais e psicólogos aconteceram paralelamente

25. Há quantos psicólogos que atuam na Educação?

Pular para a pergunta 19

RESULTADO DA PESQUISA

26. Gostaria de receber o resultado da pesquisa? *

- Sim *Pular para a pergunta 27*
- Não

E-mail

27. Em qual endereço de e-mail deseja receber o resultado da pesquisa?